



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2016.0000131584**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0002223-98.2013.8.26.0541, da Comarca de Santa Fé do Sul, em que é apelante MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, é apelado ADALTO PALHEIRO (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente), ANTONIO NASCIMENTO E BONILHA FILHO.

São Paulo, 3 de março de 2016.

**FELIPE FERREIRA**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica

**Apelação com Revisão Nº 0002223-98.2013.8.26.0541**

Comarca: Santa Fé do Sul – 2ª Vara Judicial

Apte. : Mapfre Seguros Gerais S/A

Apdo. : Adalto Pinheiro

Juiz de 1º grau: Marcelo Bonavolontá

Distribuído(a) ao Relator Des. Felipe Ferreira em: 27/01/2016

**VOTO Nº 35.492**

EMENTA: SEGURO VEÍCULO. AÇÃO DE COBRANÇA. 1. Não se pode acolher a alegação de prescrição, pois decorrido menos de um ano da recusa formal da seguradora ao pagamento da indenização e a propositura da ação. 2. Cabe a ré a demonstração da ocorrência de fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito do autor. Aplicação do artigo 333, II, do CPC. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Trata-se de recurso de apelação contra respeitável sentença de fls. 429/432 que julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a ré ao pagamento da importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) correspondente a cobertura contratada na apólice equivalente ao valor máximo da indenização – RCFV – Danos Corporais, com atualização monetária pela Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça, desde o ajuizamento da demanda e juros legais de mora, contados da citação. Por força da sucumbência, arcará a vencida com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Pleiteia a apelante a reforma do julgado alegando, preliminarmente, a ocorrência da prescrição, pois busca o apelado o recebimento de valores decorrente de acordo ilegítimo, uma vez que celebrado em desconformidade com os parâmetros legais. Aduz que a demanda está prescrita, eis que o acordo entre o segurado e terceiro foi firmado em 07/05/2008 e a presente ação foi proposta quando transcorrido mais de cinco anos, o que implica na violação do artigo 206, § 1º, II, alínea 'b' do Código Civil que estabelece prazo anual para a cobrança de seguro.

**Apelação com Revisão Nº 0002223-98.2013.8.26.0541**

Assevera, ainda, que operou-se a decadência do direito, pois a seguradora não foi denunciada à lide, fato que frustrou o suposto direito do autor. No mérito, sustenta a invalidade do acordo firmado ente a Sr<sup>a</sup> Maria Palheiro e o segurado José Júlio Alves. Argumenta que não pode ser obrigada a arcar com as despesas decorrentes de ajuste firmado por segurado com pessoa estranha à relação que com este possuía, na medida em que não participou do referido pacto. Afirmar que a cobrança deve ser endereçada ao segurado, por ter sido ele quem celebrou o ajuste.

Apresentadas as contrarrazões, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

**É o relatório.**

De plano, é necessário esclarecer a sequência de fatos que justificaram a propositura da ação.

Busca o autor o recebimento de indenização decorrente da morte de seu genitor em acidente automobilístico causado por José Júlio Alves.

Narra o autor, em sua exordial, que sua mãe propôs ação indenizatória em face do responsável pelo acidente, tendo este denunciado à lide a companhia de seguros (ora apelante). Celebrado acordo naquela ação indenizatória, a seguradora recusou-se a dar cumprimento ao ajuste por não ter anuído com o referido acordo.

Proposta a presente demanda o feito foi julgado extinto em razão da ilegitimidade da parte autora. Sobreveio Acórdão (fls. 256/259) da 10ª Câmara Extraordinária de Direito Privado reconhecendo a legitimidade do autor para o manejo de ação diretamente em face da seguradora.

Feita essa digressão inicial, cumpre analisar a alegação de prescrição.



**Apelação com Revisão Nº 0002223-98.2013.8.26.0541**

Como bem observado pelo juízo sentenciante há pedido de abertura de processo de sinistro junto à Companhia Segurado realizado pelo segurado José Júlio em 30/04/08 (fls. 119/120).

Instada a manifestar-se nos autos da ação em curso perante a 3ª Vara Judicial sobre a recusa ao pagamento da indenização, a Seguradora apelante informou em 25/06/12 a negativa ao pagamento.

Ora, o prazo para o ajuizamento da pretensão teve início com o conhecimento por parte do autor da recusa ao pagamento da indenização. Assim, a ação não está prescrita, pois ajuizada dentro do prazo de um ano previsto em lei.

A alegação de decadência será analisada em conjunto com o mérito recursal.

No mérito, o recurso não merece prosperar.

Neste ponto, andou bem o ilustre magistrado sentenciante ao decidir, com o costumeiro acerto, a controvérsia, nos seguintes termos:

*“Primeiramente ressalto que o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconheceu a legitimidade do autor, herdeiro de vítima fatal de acidente de trânsito para ação de cobrança de **indenização contratual** movida em face da seguradora e não em razão do acordo anteriormente homologado (**grifei**).*

*Com efeito, o contrato de seguro é aquele em que uma das partes, denominada segurador, se obriga, em razão do pagamento de um prêmio, a indenizar a outra, denominada segurado, dos prejuízos resultantes de riscos futuros, devidamente previstos no contrato.*

**Apelação com Revisão Nº 0002223-98.2013.8.26.0541**

*O contrato é formalizado por uma proposta assinada pelo segurado e por uma apólice recebida por este. Tal apólice conterá os riscos assumidos, o valor do bem segurado, o prêmio devido ou pago pelo segurado e quaisquer outras estipulações que no contrato se acordarem. Segurador, portanto, é aquele que assume o risco, e segurado quem transfere o risco, que vem a ser a exposição do segurado a prejuízo futuro e imprevisível.*

*Com a ocorrência do sinistro, surge a obrigação do pagamento de um prêmio que é o pagamento que o segurado faz ao segurador.*

*Assim, o contrato de seguro destina-se a garantir ao segurado o ressarcimento de prejuízo que venha a sofrer, caso venha a ocorrer a álea nele prevista. Ou seja, assume a seguradora o risco de indenizar um dano em potencial.*

*Neste raciocínio é da seguradora o ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, a teor do artigo 333, II, do Código de Processo Civil, para se ver desonerada do dever de indenizar.*

*Verifico que consta na Apólice de Seguro Mapfre Automais juntada a fls. 28/29 que há cobertura para RCFV – Danos Corporais no valor de R\$ 60.000,00, ou seja, cobertura no caso de lesão exclusivamente física, no presente caso, a morte causada à terceiro, em consequência de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado.*

*Considero que a ré não trouxe elementos que demonstram fato extintivo da sua obrigação contratual, já que o pai do autor, Sr. Rubens Palheiro, foi vítima fatal de acidente de trânsito envolvendo veículo segurado pela ré, conduzido por José Julho Alves, estando contemplado pelo contrato de seguro.*

**Apelação com Revisão Nº 0002223-98.2013.8.26.0541**

*Necessário consignar, diante da sistemática do ônus da prova, caberia a ré à comprovação da alegada impossibilidade de pagamento da indenização em favor do beneficiário, o que não está demonstrado nos autos.*

*Não merece guarida a alegação da ré de que não tem como ressarcir o autor pois não anuiu com o acordo celebrado anteriormente. Isso porque trata-se de ação diversa proposta diretamente pelo autor contra a seguradora.*

*Diante destas razões, o autor faz jus ao recebimento do valor referente ao contrato de seguro de vida, em razão de ser beneficiário (filho) do de cujus, que é terceiro beneficiário, conforme apólice de seguro juntada a fls. 28/29.*

*É de sei deixar consignado que faz jus o autor a cobertura prevista na apólice e não no acordo homologado em ação anteriormente proposta, sendo de rigor a parcial procedência da ação". (fls. 431/432)*

Em que pese a irresignação da apelante é certo que não busca o apelante o recebimento de indenização com fundamento em acordo celebrado por sua genitora com o causador (segurado) do acidente, mas o recebimento de valores decorrentes da responsabilidade assumida pela ré quando da celebração da apólice de seguro que garantia danos corporais, como se vê na apólice juntada às fls. 28/29.

Neste ponto, a apelante não apresentou qualquer justificativa apta a elidir a culpa do segurado pelo sinistro, limitando-se a discutir o acordo celebrado entre o segurado e a genitora do autor, o que como se viu, não é a causa de pedir da presente ação.

Assim, como já diziam os romanos "*allegare nihil et allegatum non probare paria sunt*", vale dizer alegar e não provar equivale a nada alegar.

**Apelação com Revisão Nº 0002223-98.2013.8.26.0541**

Sobre o tema preleciona Vicente Greco Filho (in “Direito Processual Civil Brasileiro, ed. Saraiva, 2º vol. p.189), com a costumeira propriedade ao dizer:

***“Ao réu incumbe a prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.***

***Se o réu não provar suficientemente o fato extintivo, modificativo ou impeditivo, perde a demanda. Não existe, no processo civil, o princípio geral do in dubio pro reo. No processo civil, in dubio, perde a demanda quem deveria provar e não conseguiu”.***

Cuida-se, portanto, de mero inconformismo da ré, pois o que lhe move é pura e simplesmente o descontentamento com o deslinde da lide, não tendo trazido qualquer argumento crítico plausível ou elemento concreto hábil a credenciar sua pretensão recursal.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

**FELIPE FERREIRA**

**Relator**

Assinatura Eletrônica